

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.521 - SP (2019/0356634-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : **FABIO HENRIQUE ROVATTI E OUTRO**
ADVOGADOS : **ADILSON ALEXANDRE MIANI - SP126973**
 : **FÁBIO HENRIQUE ROVATTI - SP0238058**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **NATAM AUGUSTINHO DO NASCIMENTO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de NATAM AUGUSTINHO DO NASCIMENTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 0044798-03.2017.8.26.0050.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 (tráfico de drogas) à pena de 5 anos de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa.

Irresignado a defesa do paciente apelou perante o Tribunal de origem, que deu parcial provimento ao recurso, em acórdão que ficou assim resumido (fl. 262):

Tráfico de entorpecentes. Autoria e materialidade comprovadas. Confissão. Suficiência e validade dos depoimentos de policiais militares. Circunstâncias da apreensão das drogas demonstrativos do intuito mercantil. Inviabilidade de aplicação do redutor, em razão da quantidade e lesividade das drogas apreendidas. Pena-base reduzida, Regime fechado mantido. Recurso parcialmente provido, sem reflexo na pena.

No presente *mandamus*, pretende a Defesa, em sede liminar, seja assegurado ao paciente o direito de aguardar o julgamento do presente writ em liberdade e, no mérito, a concessão da ordem para "*aplicar ao Paciente o redutor de pena previsto no § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, em patamar máximo, uma vez que estão presentes os requisitos legais exigidos, bem como seja fixado o regime inicial de cumprimento de pena mais brando para o início de cumprimento de pena*" (fl. 11).

Brevemente relatado, decido.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Devidamente instruído, dispenso a requisição de informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator